



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS
Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

PORTARIA Nº 005/2022
INSTAURAÇÃO DE PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO

Considerando as irregularidades apuradas pelo Ministério Público de Contas no Processo Licitatório nº 11/2019 – Pregão Presencial nº 07/2019, promovido pela Instituição de Cooperação Intermunicipal do Médio Paraopeba – ICISMEP, expostas nos autos da Representação nº 1.084.542, em trâmite no TCEMG;

Considerando que, em consulta ao sítio eletrônico da ICISMEP, apurou-se a existência de trinta e cinco Termos Aditivos ao Contrato nº 08/2019, celebrado entre o consórcio público e a empresa RCS SOLUÇÕES MÉDICAS S/A, com indícios de possível ilegalidade na extrapolção do quantitativo de acréscimos permitido em lei;

Considerando a necessidade de complementar os dados já coletados, como forma de preparação para a atuação deste órgão ministerial no exercício de suas atribuições, sobretudo quanto à tutela do interesse público;

Considerando as funções institucionais do Ministério Público fixadas nos artigos 129, inciso VI, da Constituição da República; 67, inciso I, alínea b, da Lei Complementar nº 34/1994; e 26, inciso I, da Lei Federal nº 8.625/1993;

Considerando, por fim, o disposto no artigo 4º, §§1º e 3º, da Resolução MPC-MG nº 14/ 2019¹;

RESOLVO, no uso de minhas atribuições legais, instaurar **PROCEDIMENTO PREPARATÓRIO**, para apurar a ocorrência de ilegalidades e identificar os possíveis responsáveis pela execução irregular do Contrato nº 08/2019, determinando, desde já, **a expedição de ofício ao Presidente da ICISMEP, Sr. Antônio Augusto de Resende Maia**, requisitando, **no prazo de 30 (trinta) dias úteis**, a remessa dos seguintes documentos e esclarecimentos:

¹Art. 4º - Realizado o juízo positivo de admissibilidade, o Procurador do Ministério Público de Contas poderá:

§1º - O PP será instaurado, exclusivamente, para colher elementos para identificação do denunciado ou do objeto, para fins de, antes da instauração do IC ou da adoção de outras providências cabíveis, complementar a informação ou documentação recebida.

§3º - O membro do Ministério Público de Contas poderá instaurar, de ofício, IC ou PP, caso tome conhecimento de fato passível de apuração relacionada às suas atribuições.



MINISTÉRIO PÚBLICO DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS

Gabinete do Procurador Daniel de Carvalho Guimarães

- a) Cópia integral de todos os Termos Aditivos ao Contrato nº 08/2019, decorrente do Processo Licitatório nº 11/2019 – Pregão Presencial nº 07/2019, celebrados com a empresa RCS Soluções Médicas S/A;
- b) Cópia dos estudos técnicos e/ou justificativas prévias à formalização de todos os Termos Aditivos ao Contrato nº 08/2019;
- c) Cópia de todas as Tabelas de Serviços e Procedimentos em Saúde da ICISMEP e dos municípios participantes vigentes durante a execução do Contrato nº 08/2019, com especificação das alterações efetuadas por cada Termo Aditivo.

Publique-se e cumpra-se.

Belo Horizonte, 20 de junho de 2022.

DANIEL DE CARVALHO GUIMARÃES

Procurador do Ministério Público de Contas de Minas Gerais

(Documento assinado digitalmente)